



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Dayana Vieira Silva

**POSSE DE ESCRAVOS DO BARÃO DE CAJAÍBA NA VILA DE
SÃO FRANCISCO DO CONDE, 1850-1870.**

FEIRA DE SANTANA

2016

Dayana Vieira Silva

**POSSE DE ESCRAVOS DO BARÃO DE CAJAÍBA NA VILA DE
SÃO FRANCISCO DO CONDE, 1850-1870.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual de Feira de Santana, como exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Dantas Reis

FEIRA DE SANTANA

2016

Folha de Aprovação

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 9 de fevereiro de 2017

Prof^o. Dr^o. Walter Fraga Filho

Prof^o. Msc. Augusto Fagundes da Silva dos Santos

Prof^a. Dr^a. Sharyse Piroupo de Amaral

Prof^a. Dr^a. Adriana Dantas Reis

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus por todas as graças alcançadas e por permitir a realização desse sonho.

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria Ducília, mulher forte e dedicada e a minha sobrinha Maria Eduarda, ser iluminado que trouxe mais alegria em minha vida. Agradeço por sempre me apoiar, compreendendo minha ausência e torcendo para que este sonho se realizasse, a vocês o meu amor e minha eterna gratidão.

Agradeço a minha querida orientadora Prof^a.Dr^a. Adriana Dantas Reis, por me incentivar na pesquisa, por acreditar em mim e no meu trabalho me motivando em todos os momentos. Obrigada pela sua paciência, profissionalismo e competência.

Nesse processo de formação também tive o prazer de conhecer e estabelecer laços de companheirismo e amizade que eu sei que irão ultrapassar os muros da Uefs e com cada uma delas vivenciei uma história particular de amizade, baseada no respeito, carinho e confiança, a vocês Taíse, Iralina, Andréa, Simone, Ketí, Cilda, Conceição, Mariany e Milena, o meu muito obrigada!

À Residência Universitária da Uefs (Resi), por ter me possibilitado a permanência no curso, obrigada, muito obrigada!

E a você Thales, por todo carinho, compreensão e incentivo, obrigada por acreditar no meu sonho e por fazer parte dele, você deu um novo sentido a minha história!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as características da posse de escravos do Barão de Cajaíba, um importante senhor de engenho da freguesia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco do Conde, no período de 1850 a 1870. Com base em métodos quantitativos e a análise de cunho qualitativo, principalmente através da lista nominativa de escravos presente no inventário dos bens da Baronesa de Cajaíba do ano de 1868 e de assentos de batismo dos escravos pertencentes a esse mesmo casal, objetivamos perceber as especificidades desses cativos e as possíveis estratégias utilizadas pelo Barão de Cajaíba no controle e manutenção de seus escravos, já que num período em que o Brasil foi marcado por importantes transformações sociais e econômicas, principalmente no que se refere aos rumos da escravidão, após mudanças decorrentes do fim do tráfico, em 1850. Quase duas décadas depois os seus engenhos continuavam abastecidos com um grande número de escravos. Na Bahia, sobretudo em Salvador e no Recôncavo, essas mudanças afetaram diretamente os interesses senhoriais, pois havia grande dependência com o trabalho escravo.

Palavras- chave: São Francisco do Conde, escravos, século XIX, senhor de engenho, estratégia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las características de posesión de esclavos del Barón de Cajaíba, que fue un importante señor de ingenio de la feligresía de São Gonçalo, sede de la Villa de São Francisco do Conde, en el periodo de 1850 hasta 1870. Con base en métodos cuantitativos y análisis cualitativa a través de la lista de nombres de esclavos presentes en los inventarios de los bienes de la Baronesa de Cajaíba en el año 1868 y de registros de bautismos de esclavos pertenecientes a la pareja. Objetivamos percibir las especificidades de estos cautivos y las posibles estrategias utilizadas por el Barón de Cajaíba para el control y manutención de sus esclavos, ya que hubo un período en que Brasil fue marcado por importantes transformaciones sociales y económicas, principalmente a lo que se refiere a los rumbos de la esclavitud después de los cambios que ocurrieron con el fin del tráfico, en el año 1850. Casi dos décadas después, sus ingenios continuaban con un gran número de esclavos. En Bahía, sobretodo en Salvador y en el Recôncavo esos cambios afectaron directamente a los intereses de los señores, ya que había gran dependencia del trabajo esclavo.

Palabras clave: São Francisco do Conde, esclavos, siglo XIX, señor de ingenio, estratégia .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: UM RECÔNCAVO DE MUITOS ENGENHOS	11
1.1 ENGENHOS DO BARÃO DE CAJAÍBA.....	17
CAPÍTULO II: ESCRAVOS DO BARÃO DE CAJAÍBA.....	25
2.1 BARÃO DE CAJAÍBA: DONO DE ENGENHOS E ESCRAVOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
FONTES DOCUMENTAIS:.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	43

INTRODUÇÃO

O Brasil da segunda metade do século XIX foi marcado por intensas transformações sociais e econômicas, principalmente no que se refere aos rumos do sistema escravista. Na Bahia, sobretudo em Salvador e no Recôncavo, essas mudanças afetaram diretamente os interesses senhoriais, pois havia grande dependência do trabalho escravo, mantido até as vésperas da abolição em 1888.

Nesse sentido, grande parte da produção historiográfica sobre escravidão aponta para uma sociedade ainda fortemente hierarquizada, em que a exploração do trabalho escravo era controlada principalmente por grandes proprietários. As relações entre senhores e escravos eram caracterizadas pelas relações de poder, em que o senhor tentava determinar a vontade do escravo por meio de estratégias. No entanto, tal relação não ocorria de maneira fixa, pois enquanto sujeitos históricos, os escravos iam tecendo seus próprios significados dentro do cenário da escravidão.

Na segunda metade do século XIX o trabalho escravo ainda era amplamente utilizado como a principal força de trabalho, sobretudo nos engenhos de açúcar. Mas após as mudanças decorrentes do fim do tráfico negreiro, e posteriormente com o impulso do tráfico interno, muitos senhores de engenho se preocuparam com a manutenção de sua posse de escravos, já que os mesmos dependiam diretamente e em grande número de trabalhadores escravos nas atividades dos engenhos.

O presente trabalho tem como base principal a análise da composição da posse de escravos de um importante senhor de engenho do Recôncavo, Alexandre Gomes Ferrão Argolo, Barão de Cajaíba, um rico proprietário da freguesia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco do Conde, um dos principais berços da produção açucareira do Recôncavo. Com base no inventário da Baronesa de Cajaíba, do ano 1868, foi possível identificar todos os bens que o casal possuía; nele são descritos um expressivo patrimônio, composto principalmente por um grande número de escravos.¹

A partir da análise desse inventário surgiram indagações sobre as possíveis estratégias de organização e controle utilizadas pelo Barão de Cajaíba na manutenção dos seus engenhos

¹ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, 82 p.

e escravos, tendo em vista que ele manteve os seus principais engenhos, o Cajaíba e o Itatinguí, abastecidos com um grande número de escravizados quase duas décadas após o fim do tráfico.

Nessa análise, foi possível identificar todos os bens que o casal possuía e perceber o nível de riqueza por eles alcançado. Esse documento dá indícios principalmente sobre a vida material, ao apresentar todos os bens móveis e imóveis, com destaque para as informações referentes aos escravos.² Nesse sentido, Florentino e Góes apontam para a relevância dos inventários como uma importante fonte de pesquisa sobre escravidão, ao descrevê-los da seguinte maneira:

Os inventários, iniciados por ocasião do falecimento dos que possuíam algo a arrolar, na maioria são pródigos em informações acerca destas estranhas mercadorias humanas. São peças escritas por judiciosos e funcionários (os havia) que nos dão a conhecer o nome dos escravos, suas idades, condições físicas, preços, além de laços parentais mais evidentes (quase sempre os de primeiro grau). (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 43).

Dessa forma, o primeiro capítulo se apoia na bibliografia especializada, no intuito de perceber as mudanças sociais e econômicas que ocorriam na Bahia e, sobretudo no Recôncavo na segunda metade do século XIX, período este em que os rumos da escravidão afetavam diretamente os interesses senhoriais. O mesmo capítulo, também se propõe apresentar a freguesia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco do Conde, que se destacou como uma das principais vilas açucareiras do Recôncavo, por abrigar um grande número de engenhos e escravos, ao ressaltar um importante senhor de engenho, o Barão de Cajaíba. Paralelo à análise documental, foi necessário entender o período em questão, que compreende a segunda metade do século XIX, especialmente entre os anos de 1850 a 1870.

O segundo capítulo tem como principal objetivo fazer a discussão das fontes através da análise quantitativa e qualitativa com base no inventário e nas demais fontes referentes ao Barão de Cajaíba, no intuito de perceber a composição de sua escravaria, levando-se em consideração os seguintes aspectos: origem, cor, sexo, idade, profissão, se havia escravos sendo batizados, libertos ou casando nesses dois engenhos e de que maneira estavam distribuídos em cada um deles.

² Ver sobre a utilização de testamentos como fonte de pesquisa para a Bahia do século XIX, principalmente: MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de (1988). **O liberto: o seu mundo e os outros**. Salvador, 1790-1890.

Além do inventário da Baronesa de Cajaíba, também foram analisados o inventário e o testamento do Barão de Cajaíba, cartas, registros de terras, relatos de viajantes e registros de batismo, casamento e óbito, no intuito de perceber possíveis estratégias utilizadas pelo Barão na manutenção e controle dos seus engenhos e escravos.

Tal estudo tem como base a história social, que de acordo com Hobsbawm propõe novos desafios ao lidar com questões do passado, já que a sociedade não pode ser compreendida de forma homogeneizada, mas através de uma identidade própria, pois,

A história da sociedade é *história*, ou seja, ela tem como uma de suas dimensões o tempo cronológico real. [...] a história da sociedade é, portanto uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fatos aconteceram. (HOBSBAWM, 1998, p. 91-2).

CAPÍTULO I: UM RECÔNCAVO DE MUITOS ENGENHOS

O Recôncavo é conhecido como hinterlândia de Salvador e entre as duas regiões foi estabelecida uma estreita ligação, que ultrapassa os aspectos geográficos e se estende ao âmbito econômico, social e cultural. Barickman salienta o elo entre Salvador e o Recôncavo e sua ligação estratégica, de modo que: “[...] o acesso fácil à baía de Todos os Santos, por conseguinte, o contato próximo e constante com a cidade de Salvador sempre moldaram a vida no Recôncavo.” (BARICKMAN, 2003, p. 38).

Kátia Mattoso, assim como Barickman, discorre sobre o vínculo estabelecido entre a cidade de Salvador e o Recôncavo, e reforça que “mais que qualquer outra cidade, a Bahia está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior. [...] é impossível compreender a Cidade da Bahia sem compreender seu Recôncavo.” (MATTOSO, 1992, p. 51-2).

A cidade da Bahia foi importante fornecedora de mão de obra escrava, um exportador e importador, especialmente de açúcar e fumo e “sempre ocupou os primeiros lugares entre os portos brasileiros. Dos motivos que para isso contribuíram destacam-se: a importância da cidade como cabeça política administrativa da colônia, primeiro, da Província e do Estado mais tarde [...]” (MATTOSO, 1992, p. 61).

No Recôncavo, as vilas e freguesias mais tradicionais no cultivo da cana de açúcar estavam localizadas à margem norte da Baía de Todos os Santos, na qual foram instalados os maiores e mais antigos engenhos da região, pois se beneficiavam da fertilidade dos solos massapés e de um melhor local para o escoamento da produção. Nesse cenário, havia uma grande dependência com o trabalho escravo, que durou por mais de três séculos e foi utilizado nas mais diversas atividades, sobretudo na produção açucareira.

Os engenhos exerceram grande influência na formação das principais vilas açucareiras do Recôncavo; as suas terras foram cobiçadas para o cultivo da cana de açúcar desde o início da colonização portuguesa na Bahia, pois “a distribuição de massapés e salões teve de fato, grande influência na geografia da indústria açucareira do recôncavo.” (BARICKMAN, 2003, p. 39). Sobretudo na faixa de terras que cercam a baía de Todos os Santos, “não há dúvida de que os senhores de engenho tentaram controlar os férteis massapés do norte do Recôncavo”. (BARICKMAN, 2003, p. 43).

O surgimento dos primeiros engenhos do Recôncavo ocorre já no século XVI e se difundem até as últimas décadas do século XIX. Inicialmente, os engenhos foram instalados nas terras em torno da cidade de Salvador e, posteriormente, no Recôncavo, onde foram se disseminando principalmente na margem norte da baía, nas proximidades dos rios Sergipe e Subaé. O potencial das terras do Recôncavo associados às condições geográficas e climáticas da região foram fundamentais para o cultivo da cana de açúcar. De acordo com Schwartz:

À medida que foram ocupando o território, especialmente no Recôncavo, os engenhos desenvolveram uma existência que transcendia a propriedade e o tempo ou, pelo menos, tinha potencial para fazê-lo. [...] Os engenhos surgiram antes das vilas e paróquias, e em grande parte do Recôncavo a primeira igreja da paróquia foi a capela de alguma dessas propriedades. Ao estabelecerem-se, os engenhos conferiam a identidade local. (SCHWARTZ, 1988, p. 92).

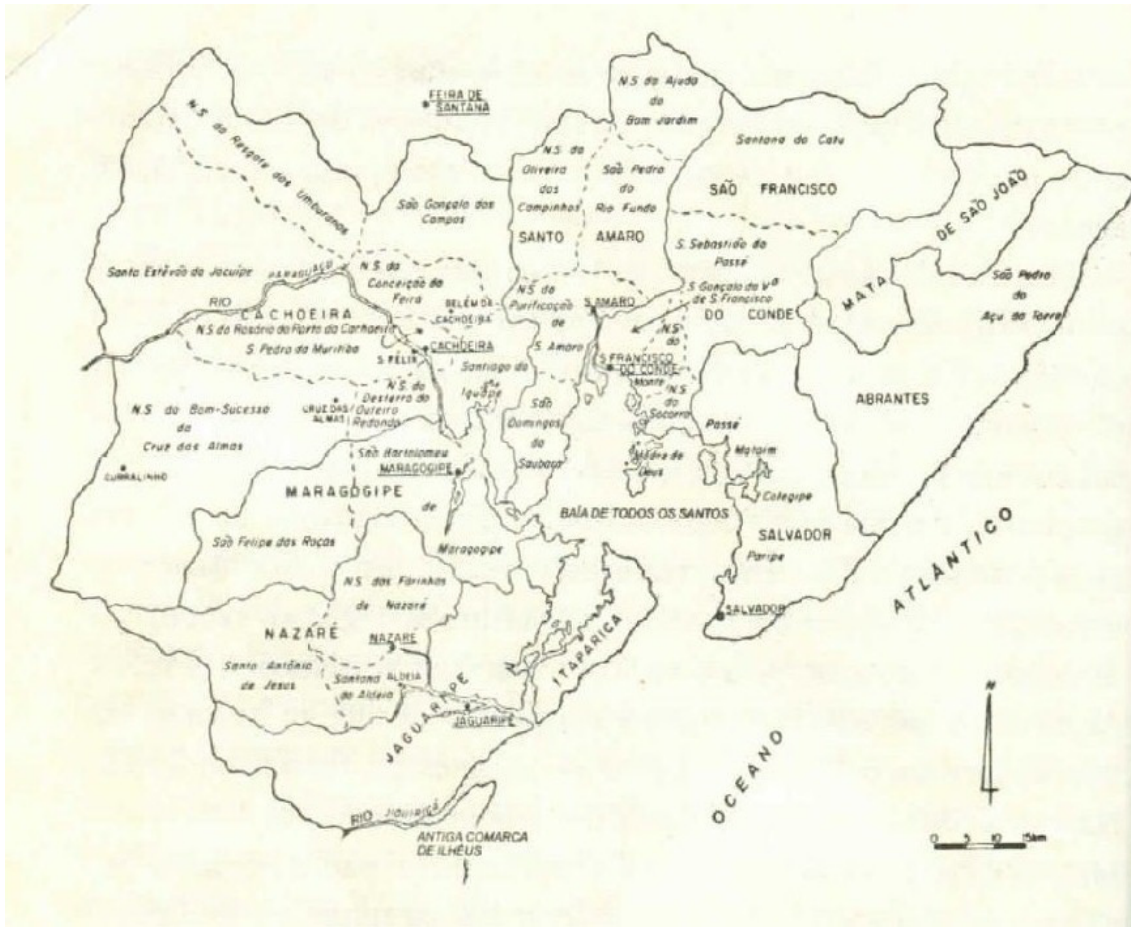
Assim como Schwartz (1988), Barickman (2003), também alude sobre a formação dos engenhos e sua importância no processo de povoamento do Recôncavo. Barickman salienta que a localização dos solos massapés e o cultivo da cana de açúcar foram importantes para formação dos engenhos e, posteriormente, no estabelecimento de vilas e paróquias. Logo:

Onde quer que encontrassem terras com esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram seus engenhos. [...] Juntas, as freguesias suburbanas de Salvador, as duas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia do Iguape constituíam os principais centros de produção açucareira no Recôncavo. (BARICKMAN, 2003, p. 39-40).

Mattoso ressalta a maneira pela qual essa hinterlândia agrícola foi se desenvolvendo e de que modo ela estava distribuída no período oitocentista. “No século XIX, o Recôncavo estava repartido em oito municípios: Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Nazaré das Farinhas e Aratuípe.” (MATTOSO, 1992, p. 73).

No mapa descrito por Barickman, estão presentes a cidade de Salvador e suas freguesias suburbanas, além das vilas e freguesias em torno da Baía de Todos os Santos. Dentre as vilas açucareiras mais tradicionais estava São Francisco do Conde, primeira vila do Recôncavo que se difundiu a partir do cultivo da cana de açúcar e abrigou grande número de engenhos e escravos. Observa-se no mapa abaixo, que a mesma contava com uma importante localização geográfica que permitiu um melhor escoamento da produção com o porto exportador de Salvador e comunicação com as demais vilas ao redor da Baía.

Mapa 1- Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX.



Fonte: Seplantec apud BARICKMAN, 2003, p. 40.

No entorno da cidade de Salvador e nas vilas mais tradicionais do Recôncavo, principalmente em São Francisco do Conde, Santo Amaro e na freguesia do Iguape, foram edificados importantes engenhos, pois “nesses distritos, achavam-se historicamente alguns dos maiores e mais ricos engenhos não só da Bahia, como do Brasil.” (BARICKMAN, 1998-1999, p. 197), que contavam com os solos férteis e uma boa localização junto ao litoral ou às margens dos rios.

Segundo Schwartz, após o surgimento dos engenhos nas freguesias suburbanas de Salvador, o segundo local de difusão ficava próximo aos rios Sergipe e Subaé, dando origem às primeiras vilas do Recôncavo, entre estas a Vila de São Francisco do Conde. O seu surgimento acontece quando Mem de Sá dividiu uma grande área em sesmarias, na qual reservou para si uma grande fração de terra, onde construiu um engenho. No ano de 1587, essa região já contava com quatorze engenhos. Em 1620, os franciscanos construíram uma capela e um convento, onde posteriormente se formou um pequeno povoado, que com o passar dos anos começou a adquirir funções de cunho militar, comercial e administrativo. Em

1698, com o aumento da população e da economia açucareira, a Vila de São Francisco foi criada. (SCHWARTZ, 1988, p. 91).

De acordo com Fraga Filho (2006), o potencial de fertilização e a variedade das terras do Recôncavo possibilitaram o cultivo de diversas culturas além da cana de açúcar, dentre as quais: fumo, mandioca, feijão, milho e outros gêneros alimentícios. A localização estratégica dos engenhos também foi um fator importante para a comercialização dos produtos, pois facilitou o envio da produção para o porto de Salvador. Assim:

Os maiores engenhos localizavam-se na faixa de terras úmidas que contorna a Baía de Todos os Santos, região conhecida desde o passado colonial como Recôncavo. As freguesias suburbanas de Salvador e os distritos rurais das cidades de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira constituíam os principais centros produtores de cana. (FRAGA FILHO, 2006, p. 31).

Segundo Esterzilda Azevedo, a paisagem dos engenhos do Recôncavo foi marcada por diversas formas de organização e o termo “engenho” inicialmente foi atribuído às instalações necessárias para feitura do açúcar no que se refere à casa de moenda, casa da fornalha, tendal das forjas e casa de purgar. Mas com o tempo essas instalações se estenderam ao conjunto da propriedade senhorial, abrangendo as plantações, a casa-grande, a capela e a senzala. Os engenhos que trabalhavam com tração animal eram denominados de “trapiche”, os movidos à roda d’ água era chamados de “engenho real”, mas no início do século XIX começaram a serem instalados os engenhos a vapor, conhecidos como banguês. (AZEVEDO, 2009, p. 9).

Barickman ressalta que entre os estabelecimentos agrícolas do Recôncavo o engenho estava no topo da hierarquia no que diz respeito ao tamanho e escala, pois era uma propriedade que agregava o cultivo da cana com o fabrico do açúcar. Por esse motivo, tinha que manter plantéis suficientemente grandes para atender a necessidade de mão de obra tanto nos canaviais quanto nas casas de moenda e das caldeiras durante os nove meses da safra. (BARICKMAN, 2003, p. 240).

No entanto, o Brasil da segunda metade do século XIX passou por várias transformações econômicas e sociais, dentre as quais a extinção do tráfico negreiro através da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que provocou uma gradativa diminuição da mão de obra escrava nas lavouras baianas e a Lei de Terras de 1850, que regulamentou o acesso à terra. Porém, a utilização da força de trabalho escravo na indústria açucareira se manteve forte e foi utilizada pelos senhores de engenho até às vésperas da abolição. Conforme Barickman (2013, p. 85), o fim do tráfico negreiro foi uma das medidas que levaram à completa abolição da escravidão no Brasil, em 1888.

Após a proibição do tráfico transatlântico e, por conseguinte, o início do tráfico interno, surgiram dificuldades de manutenção escravista tanto no setor agroexportador como no abastecimento interno. O tráfico interprovincial deslocou um grande contingente escravo da Bahia para as lavouras cafeeiras do Sudeste, que por sua vez,

[...] acelerou o declínio da escravidão na Bahia e deu início a uma longa e penosa transição para o trabalho livre. Não se deve, contudo, exagerar a extensão desse declínio na década de 1850. Em 1860, a escravidão como instituição e como regime de trabalho estava longe de ser moribunda na Bahia. Vale a pena lembrar que, em 1872-73, a província tinha a terceira maior população escrava do Brasil era maior do que na província cafeeira de São Paulo. (BARICKMAN, 2003, p. 231).

Com a intensificação do fluxo de escravos transferidos do nordeste para as províncias do sudeste, houve uma maior procura pelo braço escravo e um considerável aumento do seu preço a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, representantes políticos já se queixavam dos problemas decorrentes da exportação de escravos e o seu reflexo na economia baiana, como salienta o presidente da província Francisco Rodrigues Martins (Visconde de São Lourenço), através de um relatório do ano de 1852, em que ressalta as dificuldades do setor açucareiro e o crescente número de escravos direcionados para fora da província, ao relatar que:

Esta notável saída de escravos para fora da Provincia de que vos tenho fallado augmenta consideravelmente o preço destes entre nós; e como a lavoura do assucar definha, e a do café tem tido seguidos annos de prosperidade, na concorrência de compradores os lavradores deste podem acompanhar o aumento do preço dos escravos; por esta razão quantos se apresentam no mercado são logo comprados pelos especuladores, que delles fazem continuadas remessas para a Côrte. (BAHIA, 1852, p. 53)

Mattoso chama atenção para o grande contingente escravo transferido das províncias do norte e do nordeste com destino às zonas cafeeiras do sudeste e estima o seu número ao aludir que “há fortes indícios de que, entre 1850 e 1888, o volume desse tráfico interiorano atinge a média de 5 500 escravos deslocados anualmente, o que daria um total de 209 000 no período.” (MATTOSO, 1990, p. 63). Assim, observa-se uma crescente procura por escravos e o aumento do seu preço no mercado baiano que afetou diretamente a economia açucareira e alcançou uma maior elevação do seu preço nas décadas de 1860 e 1870, como afirma Mattoso ao apresentar a seguinte tabela de preço:

Década	Preço (médio)
1840	450.000
1850	500.000
1860	650.000

1870	650.000
1880	450.000
1888	400.000

Fonte: MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.95.

No decorrer da segunda metade do século XIX a lavoura açucareira foi marcada pela dificuldade financeira que se prolongou até o final do mesmo período. A desvalorização do preço do açúcar no mercado internacional e a diminuição do volume de exportação do produto brasileiro foram reforçadas pela concorrência do açúcar de beterraba da Europa e pelas mudanças ocorridas com o fim do tráfico em 1850 e das demais leis emancipacionistas que atingiram diretamente a manutenção do trabalho escravo nas lavouras açucareiras. (FRAGA FILHO, 2006, p. 31).

Os senhores de engenho com a resistência do setor açucareiro, mantiveram grande dependência com trabalho servil até as vésperas da abolição. Dessa maneira, o Recôncavo do final do período oitocentista ainda se destacava pela importância econômica, pois seu “[...] declínio foi provavelmente menos acentuado devido à resistência do setor açucareiro em se desfazer dos últimos escravos.” (FRAGA FILHO, 2006, p. 34).

Mesmo com todas as mudanças econômicas e sociais ocorridas na Bahia do período oitocentista, a imagem do senhor de engenho conferia um status dentro da sociedade baiana tanto no período colonial quanto no imperial, cujo prestígio foi perdendo notoriedade no decorrer do século XIX, muito embora tenha se mantido resistente, principalmente no Recôncavo, onde a atividade açucareira proporcionava uma distinção social. (MATTOSO, 1992, p. 595).

Apesar da diminuição na oferta da mão de obra escrava após o fim do tráfico negro e posteriormente com a intensificação do tráfico interno, nas vilas e freguesias mais tradicionais do Recôncavo o trabalho escravo ainda era amplamente utilizado na produção agrícola e os senhores de engenho continuavam a empregá-los em grande número. Essas conclusões se reforçam através da análise feita por Barickman, que a partir de uma amostra de 47 inventários de senhores de engenho entre 1850 e 1888, são identificados a presença de 4.500 escravos que trabalhavam e residiam em 63 engenhos do Recôncavo. (BARICKMAN, 1998-1999, p. 197).

Na vila açucareira de São Francisco do Conde, ainda havia grande número de engenhos e escravos distribuídos em suas freguesias. Os senhores de engenho mais prósperos

detinham grandes extensões de terra e escravos, como é o caso de Alexandre Gomes de Ferrão Argolo, Barão de Cajaíba, que no ano de 1868 ainda possuía grande número de escravos distribuídos nos engenhos Cajaíba e Itatinguí.³

1.1 ENGENHOS DO BARÃO DE CAJAÍBA

A Vila de São Francisco do Conde foi uma das zonas canavieiras mais tradicionais e importantes do Recôncavo. Suas freguesias exerceram grande influência na produção açucareira, pois abrigaram um número significativo de engenhos e escravos. Situada ao norte do Recôncavo baiano, contava com uma localização estratégica junto à baía e o seu porto, o que possibilitava um melhor escoamento da produção com o porto exportador de Salvador. Como afirma Barickman,

Muitos dos mais antigos e maiores engenhos da Bahia situavam-se em freguesias ao longo da margem norte da baía ou próximas dela, onde o acesso fácil ao transporte por água tornava o envio para Salvador menos arenoso do que por terra. Pelo menos metade dessas propriedades próximas à baía pertencia a cerca de vinte famílias, que compunham a “aristocracia” açucareira baiana, famílias que gozavam de grande prestígio social e exerciam uma influência igualmente grande na política local e, mais tarde, nacional. (BARICKMAN, 2003, p. 41).

No começo de 1870 a Vila de São Francisco contava com um total de 121 engenhos, um dos polos mais importantes na produção açucareira, e ainda possuía um grande contingente escravo, juntamente com Santo Amaro da Purificação. Nesse período, o Recôncavo possuía entre 72.000 e quase 81.000 escravos, desse número aproximadamente 22.000 moravam em São Francisco do Conde e Santo Amaro, principais vilas açucareiras. (BARICKMAN, 1998-1999, p. 196).

No século XIX, a Vila de São Francisco do Conde possuía as seguintes freguesias: São Gonçalo, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora do Socorro e São Sebastião das Cabaceiras do Passé, em todas elas foi predominante o cultivo da cana de açúcar. O autor Pedro Tomas Pedreira ressalta o número de engenhos existentes em cada uma dessas freguesias no final do período oitocentista e o modo como estavam distribuídos: “[...] 19 na Freguesia de São Gonçalo (na sede), 24 na de Nossa Senhora do Monte e 13 na Freguesia do Socorro, e ainda 18 na São Sebastião das Cabaceiras do Passé.” (PEDREIRA, 1978, p. 112).

³ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.136v-143v.

O autor além de indicar a quantidade de engenhos existentes em cada freguesia da Vila de São Francisco do Conde também os identifica, como apresentado no quadro abaixo.

FREGUESIAS	ENGENHOS
São Gonçalo (sede)	Engenhos do Barão de Cajaíba: Cajaíba, Vanique, Itatinguí, Gurgainha (Bom Jardim). <hr/> São José, Marapé, Dom João, Macaco das Pedras, Colônia, Bananeiras, São Lourenço, Buranhem, Capim Mirim, Fazenda do Meio, Piriguara, Macaco, Santa Clara, Ladeira.
Nossa Senhora do Monte	Guahyba, Engenho de Baixo, Engenho d'Água, Madrugada, Monte, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Maracangalha, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro, Grama, Lagoa, Santa Cruz, Quissengo, Engenho Novo, Bomfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, Ilha das Fontes.
Nossa Senhora do Socorro	Santo Estêvão, São Lourenço, Almas, Copa, Cinco Rios, São Gonçalo, Pindoba, Piedade, Mataripe, Barreto, Tanque, Cobé, São Paulo.
São Sebastião das Cabaceiras do Passé.	Natiba, Laranjeiras, Barra, Jacuípe, Campo, Barbado, Carmo, São Joaquim, Canna Brava, Retiro, Jaquipe, São Caetano, Jundiata, Chaípe, Água Boa Grande, Pimentel, Bom Gosto, Curralinho.

Fonte: PEDREIRA, 1978, p. 113-115.

Barickman ressalta que, nas freguesias estabelecidas ao norte da Baía de Todos Santos, os engenhos ficavam numa localização estratégica, o que facilitava o envio do açúcar e de outras mercadorias para a capital. Importantes senhores de engenho contavam com grandes propriedades de terra e escravos e alguns deles controlavam mais de um engenho, pois,

Quase um terço (29,6%) dos 98 senhores de engenhos estabelecidos nas seis freguesias da margem norte da baía, ou próximas dela, tinha pelo menos dois engenhos. Um grupo menor tinha três ou mais engenhos. Dele faziam parte figuras como Antonio Pedrozo de Albuquerque, conhecido traficante de escravos [...]; o segundo o barão de São Francisco, José Araújo de Aragão Bulcão; o barão de Cajaíba, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão; e Inácio Borges de Barros. (BARICKMAN, 2003, p.188).

Segundo Azevedo (2009), no século XIX houve um aumento no número de engenhos e um processo de interiorização dos mesmos, estimulado pela Coroa. Essa elevação decorreu

da fragmentação territorial, consequência da divisão de heranças e pagamento de dívidas. Através da análise documental sobre a agricultura na Bahia do período oitocentista, Azevedo apresenta as extensões territoriais dos engenhos nas freguesias mais tradicionais, de modo que:

O levantamento dos engenhos de vários distritos da Bahia revela que, em 1854, nas zonas mais tradicionais de plantio como as freguesias de Matuim, Nossa Senhora do Socorro e São Bartolomeu de Pirajá, todas às margens da Baía de Todos os Santos, as propriedades abrangiam em média 1000 tarefas. Nas freguesias de São Pedro do Rio Fundo e Nossa Senhora da Purificação a média caía para 800 tarefas, e a grande maioria das engenhocas espalhadas pela Bahia dispunha apenas de três a sete tarefas de terra. (AZEVEDO, 2009, p.36).

No período oitocentista a Vila de São Francisco do Conde ainda mantinha um grande número de engenhos e escravos dedicados à produção açucareira, muitos senhores de engenho possuíam engenhos tradicionais com grandes extensões de terra, como é o caso do engenho d'Água, do Barão de São Francisco, com 1000 tarefas de terra e 40 destinados ao plantio da cana; o engenho Quibaca, do Barão de Cotegipe, que também contava com 1000 tarefas de terra, em que 60 estavam destinadas à lavoura açucareira; e o Visconde Ferreira Bandeira, com o engenho Madruga que possuía 1200 tarefas, com 30 dedicadas à plantação de cana-de-açúcar, todas essas situadas na Vila de São Francisco do Conde. (AZEVEDO, 2009, p.37).

No entanto, ao longo das principais vilas açucareiras do Recôncavo muitas propriedades não se dedicavam apenas ao cultivo da cana de açúcar, já que a variedade de solos também possibilitou o cultivo de gêneros de subsistência e criações de gado destinado tanto para atividade do engenho como para o consumo. Em São Francisco do Conde, por exemplo, importantes proprietários de terras, como é caso de Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, Barão de Cajaíba, que possuía engenhos que chegavam a ocupar 1.352 mil tarefas de terra. Dentre todos os engenhos que possuía, os principais eram o Cajaíba e o Itatinguí, que além de se dedicar no plantio da cana de açúcar, a documentação permite afirmar que em suas terras eram cultivados gêneros de subsistência, tais como milho e mandioca, com sua respectiva casa de farinha, além de pastos com criações de gado vacum.⁴

De acordo com Fraga Filho, em 1885 no engenho Itatinguí havia um local por nome Curtume onde africanos libertos cultivavam em pequenos lotes de terra, mas essa prática do cultivo de pequenas roças pode ter sido utilizada, mesmo quando ainda viviam sobre o regime de escravidão. (FRAGA FILHO, 2006, p. 43-4).

⁴ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.143v -151v.

Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Barão de Cajaíba, estava inserido entre os grandes proprietários do Recôncavo. Descendente de uma importante família de senhores de engenho, ele nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, na Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde em 1800, filho de José Joaquim de Argollo e de D. Maria Joaquina Gomes Ferrão.⁵

O Barão de Cajaíba foi dono de muitos engenhos e escravos, dentre os principais engenhos que possuía estavam o Cajaíba e Itatinguí, todos situados na freguesia de São Gonçalo, termo da Villa de São Francisco do Conde. Segundo Carlos Ott, o povoamento dessa freguesia aconteceu através de pessoas que avançaram de São Francisco do Conde e o seu território se delimitava entre o rio Guaíba até o Pericoara. (OTT, 1996, p.34-35).

A ilha de Cajaíba e o engenho de mesmo título contavam com uma localização estratégica à beira do rio Sergipe. Situada em frente à vila e dela separada por um braço de mar, na foz do rio Sergipe do Conde, formado pelos rios da Pitanga ou do Timbó, Subaé e Traripe (PEDREIRA, 1978, p. 90). Nesse sentido, Schwartz ressalta a influência do mar sobre os engenhos estabelecidos na orla da baía e que os senhores levavam em consideração a maré para instalação dos mesmos como, “por exemplo, no engenho Cajaíba, na ilha do mesmo nome, construíram-se degraus que conduziram da casa grande até a beira d’água, de modo que, na maré alta, o visitante pudesse apelar à frente da porta principal sem enlamear os sapatos.” (SCHWARTZ, 1988, p. 79).

A beleza da ilha e do engenho Cajaíba foi ressaltada pelo viajante Julius Naehler, que esteve na Bahia em 1878. Suas descrições revelam de maneira singular aspectos da Vila de São Francisco e, principalmente, a localização e as características da ilha e do engenho Cajaíba apresentadas da seguinte maneira:

Distante oito léguas da Cidade da Bahia, São Francisco do Conde com as suas duas igrejas construídas sobre colinas e as suas casas escondidas entre a mata e as palmeiras, cuja fileira inferior se estende pela beira-mar, proporciona, para quem está no navio, uma vista bem aprazível. Aqui a baía tem ainda uma largura de cerca de meio quilômetro, e defronte à cidade, na Ilha de Cajaíba, fica o belíssimo engenho de cana-de-açúcar do senhor Argollo, com a sua imponente casa de morada. O prédio da fábrica, juntamente com o seu pórtico, assentado sobre arcadas, fica tão próximo à margem do rio que os sacos de açúcar podem, do depósito, ser carregados diretamente dentro das barcas. (NAEHER, 2011, p. 112).

Na freguesia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco, o Barão possuiu grande interesse na aquisição de terras e engenhos que foram sendo acumulados no decorrer de sua

⁵ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba, 01/96/139/02-1870, 1(incompleto), p.8- 17v.

vida, tanto por meio de compra como através do seu casamento com sua prima D. Eudóxia Candida de Pina e Mello. O casamento foi realizado em 31 de agosto de 1831 no Engenho Novo, em Cotegipe. D. Eudóxia Candida de Pina e Mello era filha de José Maria de Pina e Mello, um rico proprietário e dono do engenho Cajaíba, e de Dona Joanna Ferrão.⁶ De acordo com Souza, com a morte de José Maria de Pina e Melo, o genro Argollo Ferrão se tornou o novo proprietário do engenho Cajaíba e o somou aos que já possuía. (SOUZA, 1987, p. 530).

Desse matrimônio nasceram quatro filhos: José Joaquim Francisco Gomes Ferrão de Argolo, Alexandre Gomes Ferrão de Argolo, Maria Augusta Ferrão de Argolo, Maria Josefina Ferrão de Argolo. No entanto, o Barão de Cajaíba também possuía outros quatro filhos por descendência natural: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (Visconde de Itaparica), Anna Mathildes Ferrão de Argolo, Maria Idalina Ferrão de Argolo e José Joaquim de Argolo.⁷

Schwartz (1988) e Kátia Mattoso (1988) ressaltam que o casamento entre primos era uma prática comum, que reforçava especialmente a centralização da propriedade entre os senhores de engenho por várias gerações, o que se aplicava não somente ao período colonial, mas também ao período imperial, de modo que:

As famílias Argolo, Moniz Barreto, Aragão, Bulção, Rocha Pitta e Vilas Boas, por exemplo, eram ligados por uma complexa trama de laços endogâmicos, de casamentos entre primos em várias gerações e de parentescos secundários criados nos ritos de batismos, crismas e casamentos. Essas famílias compunham um núcleo duradouro da classe dos senhores de engenho baiano [...]. (SCHWARTZ, 1988, p. 229).

D. Eudóxia Candida de Pina e Mello, Baronesa de Cajaíba, faleceu em 1858, mas o inventário dos bens é feito somente no ano de 1868, dez anos após a sua morte. Nele são descritos bens de raiz e demais benfeitorias como: casas e extensas propriedades de terras, incluindo os engenhos Cajaíba, Vanique, Itatinguí, Bom Jardim (Grogainha) e Santa Cruz, bem como as fazendas denominadas Camillo, Engana Mundo, Esperança, Vigário e uma fazenda de lenha por nome Quilindré, situado na Vila de Nossa Senhora d' Ajuda de Jaguaripe. Entre os bens móveis estão: utensílios domésticos, mobília, ferramentas, peças de brilhante, ouro e prata, escravos, animais e criações como muares e rebanho de gado vacum, distribuídos nos engenhos Itatinguí, Cajaíba, Vanique e fazenda Vigário. Também são descritos 50 ações no Banco da Bahia, no valor total de 10:000\$000 (dez contos de reis).

⁶ Livro de assento de matrimônio da Vila de Cotegipe, freguesia de São Miguel, 1822-1877. Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P9X-ZG?mode=g&i=15&wc=M7ZB-WWL%3A370058101%2C370058102%2C370119401%3Fcc%3D2177272&cc=2177272>>. Acesso em: 14/09/2015

⁷ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba, 01/96/139/02-1870, (incompleto), p. 11v-12.

Assim, o Barão e a Baronesa de Cajaíba acumularam um patrimônio expressivo no valor de 456:916\$356, mesmo após do abatimento das dívidas do casal no valor de 15:236\$598, o valor líquido foi de 441:679\$758.⁸

Entre os engenhos descritos no inventário do casal, somente o Cajaíba e o Itatinguí se mantiveram ativos na produção açucareira e permaneceram na atividade mesmo após a morte do Barão de Cajaíba em 1870. Passando este para os cuidados do seu filho Alexandre Gomes Ferrão de Argollo, que não pode assumir imediatamente a função de inventariante, mas deu continuidade ao mesmo após o seu retorno da cidade de Recife, onde esteve cursando a faculdade de direito. Filho este que no dia 3 de setembro 1878, por volta das nove horas da manhã, foi assassinado por 12 escravos dentro do próprio quarto em que dormia no engenho Itatinguí, tendo como principal acusado do crime, o feitor do dito engenho.⁹

Nos engenhos Cajaíba e Itatinguí havia um grande número de espaços especializados e maquinários destinados à produção açucareira, que por sua vez exigia um alto investimento. Nesses engenhos a casa-grande estava anexa com as instalações destinadas a fabricação do açúcar e contavam com duas máquinas à vapor com força de 6 e 12 cavalos no valor de 6:000\$000 e 11:000\$000, cinco clarificadores no total de 3:750\$000, carros para o transporte de cana e palha, diversas ferramentas, máquinas e embarcações, além de uma variedade de equipamentos para o beneficiamento da cana-de-açúcar e espaços para a manutenção dos engenhos.¹⁰

No engenho Cajaíba havia um total de 679,4 tarefas de terra avaliadas no valor de 20:381\$610, distribuídas para a plantação de cana, pomar, horta e pastos para criação de gado com 259 tarefas. Já o engenho Itatinguí, possuía 1.352 tarefas de terra avaliadas no total de 81:120\$000, contendo plantações de cana, pastos para criação de gado, salões de massapés, areias e mata. No engenho Cajaíba 55 tarefas de terras estavam dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, já o engenho Itatinguí, contava com 69 tarefas para plantio da cana.¹¹

Além de ter sido um importante senhor de engenho, o Barão de Cajaíba foi um homem influente que atuou em atividades políticas e militares, nas quais sua participação começou

⁸ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.121- 176.

⁹ APEB. Seção Colonial/Provincial. Governo da Província, correspondências recebidas da Secretaria de Polícia, maço: 3139-57 de 1878.

¹⁰ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.157v- 159.

¹¹ Ibidem, p.143v-149v, 157, 161-166, 170v,176.

ainda muito jovem. No decorrer de suas atividades, o Barão desempenhou diversas funções no âmbito militar e político.

Argollo Ferrão participou da luta pela Independência, então jovem oficial de importante família do Recôncavo (nascido em 1800). Quando da reconquista de Salvador, em julho de 1823, fizeram-no responsável pelo patrulhamento da cidade. Por ocasião da revolta dos “Periquitos” (1824), ele comandava um dos batalhões ordeiros que se retiraram da cidade para resistir. Em 1824, seguiu para o sul do país como tenente-coronel, a combater na guerra Cisplatina. De 1831 a 1835, contribuiu para debelar revoltas na província na qualidade de comandante de Armas. (SOUZA, 1987, p.530).

Aronld Wildberger, em seu estudo sobre os presidentes da província da Bahia entre 1824-1889, aponta que Alexandre Gomes de Argollo Ferrão foi o sexto vice-presidente da província durante um período de vinte anos. Foi um homem influente que acumulou vários postos e títulos no campo político e militar. Em 10 de julho de 1841 foi nomeado Barão de Cajaíba, pelo Imperador D. Pedro II. (WILDBERGER, 1949, p. 217-223). Segundo Araújo, o Barão de Cajaíba foi fundador e membro da diretoria do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA) em 1859. (ARAÚJO, 2010, p. 324-327).

Paralelo às atividades como senhor de engenho, o Barão de Cajaíba se dedicava as funções políticas e militares. De acordo com Mattoso, “[...] o Barão de Cajaíba foi o único senhor de engenho que continuou na carreira militar após a independência e fez de seu filho também um militar.” (MATTOSO, 1992, p. 625).

Relatos de viajantes do século XIX contribuem para descrever a figura do Barão de Cajaíba, principalmente no que se refere a sua atuação como militar e sua postura como senhor de engenho. Nas anotações que fez em 1859, a condessa de Barral descreve a família Argolo na figura do Barão de Cajaíba, ao se referir às suas qualidades como militar e a sua importante participação na Sabinada, mas, em contrapartida, ela o descreve como um homem impiedoso, ao salientar que o:

Barão de Cajaíba distinto cavaleiro, ninguém tem melhores maneiras, bom militar que prestou relevantes serviços durante a Sabinada, mas homem mau a quem se atribui ter assassinado a mulher e muitas outras pessoas – Não quero graça com ele. Tem um belo Engenho defronte da Vila de S. Francisco (BARRAL, 1977, p. 353).

As anotações feitas pela Condessa de Barral sobre o Barão de Cajaíba e as demais famílias ilustres da Bahia foram enviadas por meio de cartas ao Imperador D. Pedro II, com quem mantinha boa relação e trocava correspondências. Tais informações certamente contribuíram para a visita do imperador ao Recôncavo naquele mesmo ano.

Em outubro de 1859, o Imperador D. Pedro II, acompanhado da Imperatriz Tereza Cristina e de sua comitiva, viajaram para as províncias do norte do Brasil, estiveram na cidade de Salvador e conheceram boa parte do Recôncavo. Nessa viagem, ele relata suas impressões pessoais sobre os lugares e as pessoas com quem manteve contato, entre estes o Barão de Cajaíba. Em suas anotações, o imperador relata algumas conversas que teve com o Barão, salienta a atuação deste como militar e assim o descreve:

O barão de Cajaíba tem um belo porte militar mas é capaz de fazer um milhão de cumprimentos durante poucas horas; [...] este barão, que é um perfeito militar, montando muito bem a cavalo. [...] além de que o Cajaíba parece-me vaidoso de seus serviços, aliás verdadeiros. (PEDRO II, 1959, p.49,71-72).

Diante do que foi exposto, percebe-se que a figura do Barão de Cajaíba exerceu uma grande influência no âmbito militar e político tanto no cenário local como no nacional. No Recôncavo também se destacou como um dos principais senhores de engenho, detentor de terras e escravos. Mesmo após as mudanças decorrentes do fim do tráfico em 1850, o Barão continuou mantendo seus engenhos com um significativo número de escravos, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: ESCRAVOS DO BARÃO DE CAJAÍBA

O Barão de Cajaíba mostrou-se habilidoso não apenas no que se refere às atividades militares e políticas, mas também se destacou na administração dos seus engenhos e escravos. Em 1868, os engenhos Cajaíba e Itatinguí ainda mantinham um grande número de escravos¹², mesmo com as mudanças que atingiam diretamente o setor açucareiro e escravista. Pensar sobre a manutenção da posse de escravos, certamente, foi questão importante para o Barão de Cajaíba.

As atividades dos engenhos Cajaíba e Itatinguí eram controladas de perto pelo Barão, principalmente neste último, que contava com uma maior produção açucareira em relação ao primeiro; e de fato possuía uma fiscalização mais incisiva por parte do Barão, já que o engenho Itatinguí contava com uma maior área destinada ao plantio da cana de açúcar, com 69 tarefas, enquanto o engenho Cajaíba contava com 55.¹³ O engenho Cajaíba foi onde o Barão estabeleceu a principal casa de morada da família e na sua ausência o dito engenho ficou por muitas vezes sob os cuidados de sua filha.¹⁴

Na administração do engenho Cajaíba, o Barão contou por muitos anos com a ajuda de sua filha D. Maria Augusta. Mesmo com a presença da Baronesa e de outros filhos, ela esteve à frente das atividades do engenho enquanto o Barão se ausentava para cuidar do engenho Itatinguí.¹⁵ Deste, o Barão fiscalizava a execução das suas ordens e o andamento das atividades no engenho Cajaíba, e através de cartas, D. Maria Augusta informava sobre o que ocorria no engenho, como por exemplo, na carta de 1866 anexa ao inventário, na qual a mesma reclamava sobre a demora do escravo de entregar uma correspondência que vinha do engenho Itatinguí, na qual dizia:

São 10 horas da manhã, agora mesmo acabo de receber vossas caras letras vindas por Francisco, que moleque do diabo? sendo despachado dai ontem só aqui chegou hoje e tão tarde!!. Estou contrariadissima meu Pai, por não poder exatamente cumprir vossas ordens nas horas prescritas; contudo vou mandar a canoa nesse mesmo instante, com Olegário e Thomé que levam tudo o que ordenais [...].¹⁶

¹² APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.136v-143v, 152v-157.

¹³ Ibidem, p.149v-152.

¹⁴ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba 01/96/139/02-1870, 180 p (incompleto).

¹⁵ REIS, Adriana Dantas. As mulheres negras por cima. O caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c.1780 – c.1830. Tese de doutorado, UFF, 2010, pp.46,47.

¹⁶ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba 01/96/139/02-1870, (incompleto), p.150. Na tese de Zenaide de Oliveira N. Carneiro estão presentes as transcrições dessas cartas. Carneiro, Zenaide de Oliveira N.

Em outra carta do mesmo ano, informa ao Barão sobre a má conduta do feitor Lopes que sob o efeito do álcool agredia os escravos da lavoura. A mesma expõe sua reprovação para com as atitudes do feitor, como segue:

Já dei vossas ordens ao Lopes que tem-se distinguido pela infame bebedeira, traste miserável! mete-se o dia inteiro em casa, e de tarde quando está bem vexado parte para o canavial onde espanca os escravos sem piedade por cara e peito etc é revoltante meu Pai, estou certa de que se aqui estivésseis já o teríeis posto a muito na rua!¹⁷

O Barão de Cajaíba manteve uma relação de confiança com a filha e a designava para os cuidados do engenho Cajaíba na sua ausência, desde o período em que ela possuía 16 anos de idade. No entanto, não se sabe ao certo até quando durou essa relação, pois os dois haviam se desentendido antes dele falecer em 1870, quando a mesma possuía 25 anos de idade. Mas no período de 1866 quando as cartas foram escritas, D. Maria Augusta possuía 22 anos, o que confirma sua atuação junto às atividades do engenho até a presente data. Assim, após tantos anos de experiência e dedicação para com as atividades do engenho Cajaíba e por já conhecer a rotina do mesmo, D. Maria Augusta requereu o cargo de inventariante dos bens do pai. A morte desse senhor de engenho foi um marco importante na história dessa família, pois veio acompanhada de disputas e desentendimentos familiares, referentes à administração dos seus bens.¹⁸

A morte do Barão de Cajaíba ocorreu no dia 10 de maio de 1870 no engenho Cajaíba, o mesmo foi enterrado no cemitério Campo Santo, em Salvador. No testamento feito dois dias antes da sua morte, o Barão instituiu como principal testamenteiro o seu filho Alexandre Gomes de Argollo Ferrão (Visconde de Itaparica), que não aceitou o encargo alegando estar doente. Desse modo, solicitou que passasse para o segundo testamenteiro, o doutor João de Araujo Argollo Gomes Ferrão, que aceitou o encargo no dia 15 de maio de 1870. O Visconde de Itaparica veio a falecer a 23 de junho de 1870, 43 dias após a morte do pai.¹⁹

Logo após esses acontecimentos, começaram vários desentendimentos e disputas entre os familiares, principalmente no que se refere ao cargo de inventariante dos bens do Barão, já que Alexandre Gomes Ferrão de Argolo (filho), não podia assumir a função de inventariante por estar cursando a faculdade de direito em Recife. Dessa maneira, D. Maria Augusta se vê

Cartas brasileiras (1808-1904) - Um estudo lingüístico-filológico. 2005. 2329f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p.802-805.

¹⁷ Ibidem. p. 790-792

¹⁸ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba 01/96/139/02-1870, p.18.

¹⁹ APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba 01/96/139/02-1870, p 7-10v, 21-143.

no direito de assumir função de inventariante dos bens do pai e travou uma disputa com o seu cunhado Clemente de Oliveira Mendes, casado com Maria Josefina Ferrão de Argollo, que também pretendia assumir tal função. No dia 2 de julho de 1870, D. Maria Augusta se casa com José Saldanha da Gama que se torna cabeça do casal para lutar pelos interesses de sua esposa frente à justiça.

Segundo Adriana Dantas Reis, no século XIX muitas mulheres estiveram à frente da administração de engenhos e escravos tanto em Salvador como no Recôncavo, já que muitos senhores de engenho possuíam mais de um engenho, e nesses casos muitas mulheres assumiam o governo de escravos e engenhos não somente no estado de viuvez, mas na ausência do pai ou marido enquanto os mesmos cuidavam de outras tarefas (REIS, 2010, p.45-6). No caso de D. Maria Augusta, percebe-se sua atuação através das disputas que ela encabeçou no intuito de obter o cargo de inventariante dos bens do seu pai, formalizado por meio de um processo que está anexado ao inventário do mesmo.²⁰

No que diz respeito à administração de escravos, após 1830 houve um aumento de manuais agrônômicos que discutiam sobre a gestão de propriedade e escravos no Brasil. Esses escritos certamente influenciaram a postura de senhores de engenho e suas relações no trato com os escravos ao ressaltar uma nova abordagem sobre o tema. De acordo com Rafael de Bivar Marquese, foi a partir de variadas mudanças no cenário brasileiro, no que diz respeito a “[...] formação do Estado Nacional, expansão da agricultura escravista, tensões em torno do tráfico negreiro, revolta escrava [...] que se elaboraram as reflexões sobre administração de escravos no Brasil oitocentista.” (MARQUESE, 2004, p. 266-7).

Assim, com a lei de 1831 que acabava com o comércio legal de africanos para o Brasil, mesmo não havendo uma real efetivação dessa lei, os senhores de escravos já sabiam que o fim definitivo do tráfico estaria próximo. A partir desse período houve uma maior propagação de manuais a respeito da administração de terras e escravos, com o intuito de auxiliar na gestão dos mesmos.

No que diz respeito à administração de engenhos e escravos o Barão de Cajaíba certamente esteve atento às mudanças internas e externas que afetavam negativamente o setor açucareiro, inclusive com as demandas decorrentes do fim do tráfico, já que havia grande dependência dos senhores de engenho da mão de obra escrava. As mudanças ocorridas no

²⁰ Ibidem.

sistema escravista no decorrer do século XIX fez com que representantes políticos e grandes proprietários se preocupassem com a manutenção de suas posses de escravos.

O Barão de Cajaíba participou da associação denominada como Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA), fundada em 1859 por D. Pedro II, sendo composta principalmente pelo setor agroexportador do Recôncavo, que tinha como um dos principais motivadores a recuperação da agricultura canavieira. Na crise que assolou a indústria açucareira na segunda metade do século XIX, a diminuição da mão de obra escrava após o fim do tráfico foi um fator importante, mas não o único, já que questões ligadas ao clima e epidemias também contribuíram para minar tal economia (SANTOS, 2015, p. 1-12). No IIBA, o Barão atuou como fundador e diretor, juntamente com outros representantes da elite açucareira no intuito de reverter à situação que assolava a agricultura naquele período. (ARAÚJO, 2010, pp. 324-27).

De acordo com Silvana Andrade dos Santos, em 1860 diretores do Imperial Instituto Baiano de Agricultura enviaram um documento a D. Pedro II para que o mesmo tomasse medidas frente às dificuldades enfrentadas na agricultura. Nesse documento estavam presentes as questões referentes à diminuição do braço escravo, bem como o aumento do seu preço decorrentes do fim do tráfico negreiro. Assim, foi solicitada ao Imperador a construção de uma escola agrícola, escola esta que foi instalada em São Francisco do Conde no intuito de recuperar a lavoura açucareira. (SANTOS, 2015, p. 1).

Dessa maneira, observa-se que o Barão, assim como outros representantes da elite açucareira, estava atento para as questões relacionadas ao fim do tráfico de escravos, principalmente no que diz respeito à manutenção dos engenhos já que demandava um grande número de cativos. Em 1868, 18 anos após o fim do tráfico, os engenhos Cajaíba e Itatinguí ainda concentravam grande número de escravos: 228 no total, dos quais 117 estavam no engenho Cajaíba e 111 no engenho Itatinguí. Desse total havia um grande número de crianças e muitos adultos em idade produtiva.²¹

A partir desses dados tentarei analisar as possíveis estratégias utilizadas pelo Barão de Cajaíba no que diz respeito à manutenção da mão de obra escrava nos seus engenhos de açúcar, no período em que o Brasil e principalmente a Bahia vinha sofrendo diferentes tensões com relação aos rumos da escravidão.

²¹ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, pp.136v- 143v, 152v-157.

2.1 BARÃO DE CAJAÍBA: DONO DE ENGENHOS E ESCRAVOS

Dono de muitos engenhos e escravos na Vila de São Francisco do Conde no Recôncavo baiano, o Barão de Cajaíba se destacou como um importante proprietário dessa região, pois além de possuir uma grande influência no âmbito político e militar o mesmo manteve o controle dessas atividades paralelo com a de senhor de engenho, o que certamente reforçou o seu status e prestígio social. Como já salientado, de todos os engenhos que adquiriu os principais eram os engenhos Cajaíba e Itatinguí, por estarem ativos na produção açucareira e concentrar grande número de escravos mesmo após a data em que o Barão veio a falecer em 1870.²²

Sobre a localização dos engenhos existem algumas controvérsias. Carlos Ott (1996, p.59), salienta que o engenho Itatinguí estava localizado na freguesia de São Sebastião do Passé, situada na Vila de São Francisco do Conde. Já o autor Pedro Tomás Pedreira (1978, p.112-5), ressalta que o dito engenho estava situado na freguesia de São Gonçalo, que era sede da Vila de São Francisco do Conde.²³ Entre as duas freguesias existiam uma proximidade geográfica.

Através dos registros de terras da Vila de São Francisco do Conde do ano de 1858 é possível afirmar que tanto o engenho Cajaíba quanto o Itatinguí estavam situados na freguesia de São Gonçalo, como informa o autor Pedro Tomás Pedreira (1978, p.112-5). Mas o que os diferenciavam era à distância com relação ao ponto de embarque, já que o engenho Cajaíba possuía uma localização privilegiada por estar mais próximo ao rio Sergipe, enquanto o Itatinguí estava distante a uma légua e meia do ponto de embarque.²⁴ A proximidade desses dois engenhos certamente foi fator importante para que o Barão pudesse controlar mais de perto seus escravos e o modo como eles seriam distribuídos, o que possivelmente influenciou na administração dessas propriedades com um maior controle entre elas. Apesar dele se ausentar algumas vezes do engenho Cajaíba, como consta nas cartas trocadas com a filha, citadas acima.

Mesmo com todas as condições adversas que assolavam diretamente a manutenção escravista e as atividades do setor açucareiro, sobretudo a partir da segunda metade do século

²² Ibidem, p.145v- 157.

²⁴ APEB. Seção Colonial/Provincial. Governo da Província. Agricultura, Vila de São Francisco do Conde, maço: 4661 de 1858 –1860, p.9.

XIX, o Recôncavo continuava a abrigar um grande contingente escravo, sendo este amplamente utilizado nas mais diversas atividades, principalmente na agrícola. Sobre o alto número de escravos existentes na Bahia décadas após o fim do tráfico em 1850, Fraga Filho ressalta que: “Segundo o censo de 1872, a região concentrava 35,7% da população da província. Na época, a Bahia possuía 165.403 escravos, 12,8% da população geral.” (FRAGA FILHO, 2006, p.34).

Assim, percebe-se que muitos senhores de engenho do Recôncavo após a proibição do tráfico ainda mantinham um grande número de cativos em suas propriedades, como é o caso do Barão de Cajaíba. Em 10 de novembro de 1868 foi feito o inventário dos bens de D. Eudoxia Cândida de Pina e Mello, Baronesa de Cajaíba, em que são descritos os bens do casal, cujo Barão era o inventariante, no qual consta que ambos eram detentores de um grande patrimônio no valor de 456:916\$356. Nesse documento são descritos uma variedade de bens moveis e imóveis, dentre estes estavam um expressivo número de escravos, 228 no total, distribuídos entre suas principais propriedades, os engenhos Cajaíba e Itatinguí, também referidos no inventário. Na relação de escravos presentes no inventário, os mesmos aparecem em sua maioria com o nome, origem, profissão e idade; para as crianças, além da origem e idade acrescenta-se o nome da mãe, todos constando como filhos naturais.²⁵ Na tabela a seguir são expostos a quantidade, a origem e o sexo dos escravos pertencentes aos engenhos Cajaíba e Itatinguí, separadamente.

Tabela 1- Origem, sexo e cor dos escravos dos engenhos Cajaíba e Itatinguí:

ENGENHO CAJAÍBA				
Origem/cor	Homens	Mulheres	Crianças (0 a 12 anos)	Total
Africano	35	7	0	42
Crioulos	13	30	17	60
Pardo	8	1	0	9
Cabra	1	0	4	5
Sem identificação	1			1
Total	58	38	21	117

²⁵ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.121- 177v.

ENGENHO ITATINGUÍ				
Origem/cor	Homens	Mulheres	Crianças (0 a 12 anos)	Total
Africano	0	2	0	2
Nagô	23	6	0	29
Mina	2	0	0	2
Crioulos	19	24	31	74
Pardo	1	0	0	1
Cabra	0	1	2	3
Total	45	33	33	111

FONTE: APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.136v- 143v, 152v-157.

Na tabela é possível observar a origem e o número de escravos pertencente aos engenhos Cajaíba e Itatinguí e o modo como estavam distribuídos em cada um deles: em ambos, o maior número de escravos era de crioulos. Fraga Filho ressalta sobre o elevado número de escravos nascidos no Brasil, sendo estes a principal força de trabalho dos engenhos do Recôncavo na segunda metade do século XIX, que em consequência da abolição do tráfico, proporcionou mudanças significativas em sua composição étnica. (FRAGA FILHO, 2006, p. 34).

Com base nos dados da referida tabela, é possível observar que o número de homens é superior ao número de mulheres, tanto no engenho Cajaíba quanto no Itatinguí. Mas de maneira geral, nos engenhos do Recôncavo essa diferença vinha se estreitando principalmente após o fim do tráfico em 1850, como também percebe Fraga Filho, ao apontar que “mesmo observando predominância no trabalho masculino na maioria dos engenhos, a diferença parece ter sido bem menor do que a verificada em fins do século XVIII e início do século XIX, [...]” (FRAGA FILHO, 2006, p. 34).

Walter Fraga Filho analisou as características da população escrava a partir de inventários dos senhores de dez grandes engenhos do Recôncavo falecidos entre 1870 e 1887, inclusive o inventário dos bens do casal de barões de Cajaíba. A partir dessa análise, ele constatou um total de 798 escravos presentes nos dez engenhos pesquisados.²⁶ Dessa maneira,

²⁶ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. pp. 34-39.

é possível afirmar que o Barão de Cajaíba possuía aproximadamente 28,6%, quase um terço do número total de escravos apresentado por Fraga Filho. Esses números permitem afirmar a importância do Barão de Cajaíba não somente como dono de terras, mas também como um grande proprietário de escravos do Recôncavo num período em que mudanças significativas ocorriam no cenário escravista.

Tabela 2- Idade e sexo dos escravos dos engenhos Cajaíba e Itatinguí.

Idade dos escravos	Homens/ Cajaíba	Mulheres/ Cajaíba	Total	Homens/ Itatinguí	Mulheres/ Itatinguí	Total
0-12	12	9	21	15	19	34
13-20	6	12	18	6	4	10
21-30	5	10	15	7	10	17
31-40	8	4	12	4	6	10
41-50	18	2	20	14	7	21
51-60	9	6	15	10	3	13
Acima de 60	11	4	15	3	2	5
Sem identificação	1		1		1	1
Total	70	47	117	59	52	111

FONTE: APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, pp.136v- 143v, 152v-157.

Na tabela acima é possível notar que ainda havia um número considerável de escravos entre 13 e 40 anos nos engenhos Cajaíba e Itatinguí, somando 83, em sua maioria mulheres. Também fica evidente o grande número de crianças entre 0 e 12 anos distribuídos entre os dois engenhos, 55 no total. Dos escravos entre 41 e 60 anos havia 89 distribuídos nesses engenhos, desse número 50 escravos estavam concentrados no engenho Cajaíba, em sua grande maioria de origem africana, 42 no total, o que demonstra que no engenho Cajaíba estava a maior parte dos escravos mais velhos de origem Africana. Por outro lado, observa-se que o engenho Itatinguí possuía um número maior de escravos em idade produtiva, entre 13 e 40 anos. O que sugere uma maior necessidade de escravos no referido engenho, já que no mesmo havia uma maior área dedicada ao plantio da cana de açúcar, visto que no engenho

Itatinguí havia 69 tarefas com plantações de cana de açúcar, enquanto o engenho Cajaíba contava com 55.²⁷

Na lista nominativa de escravos presentes no inventário do casal Cajaíba, além da origem, idade e sexo também foi possível notar a ocupação e valor desses cativos. Ao analisar tais informações, percebe-se que a grande maioria estava empregada no serviço da lavoura, mas tanto no engenho Cajaíba quanto no Itatinguí também havia um grande número de escravos que exerciam algum tipo de profissão especializada ou mais de uma.²⁸

Entre os escravos que trabalhavam na lavoura o preço variava entre 10\$000 a 1:200\$000 de acordo com o sexo e a idade: os escravos mais novos em idade produtiva possuíam preços mais elevados do que os escravos mais velhos ou doentes. Por outro lado, para os escravos que possuíam algum tipo de ofício especializado, os valores variavam entre 20\$000 a 1:500\$000, alterando de acordo a especialização, a idade e o sexo. Os homens, em geral, possuíam algum tipo de profissão especializada em relação às mulheres.²⁹ De acordo com Mattoso, no período correspondente as décadas de 1860 e 1870, o preço do escravo alcançou a sua maior elevação, chegando a média de 650\$000. (MATTOSO, 1990, p. 95). Na tabela a seguir, é possível notar o número de escravos e suas respectivas ocupações dentro de cada engenho.

Tabela 3- Ocupações dos escravos adultos do engenho Cajaíba e Itatinguí

	Engenho Cajaíba	Percentual (%)	Engenho Itatinguí	Percentual (%)
Ocupação				
Lavoura (enxada)	58	52,78	56	43,12
Carreiro	4	3,64	5	3,85
Trabalhador do mar	6	5,46		
Feitor	1	0,91	1	0,77
Vaqueiro	2	1,82		
Doméstico	8	7,28	1	0,77

²⁷ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.136v- 143v, 152v-157.

²⁸ Ibidem

²⁹ Ibidem

Enfermeira	1	0,91	1	0,77
Caldeireiro	2	1,82	1	0,77
Serviço do mato	2	1,82		
Ferreiro	2	1,82	1	0,77
Pedreiro	2	1,82	1	0,77
Purgador			1	0,77
Carapina			3	2,31
Mataleiro			1	0,77
Barbeiro, alfaiate e pintor	1	0,91		
Sem identificação	2	1,82	5	3,85
Total	91	100%	77	100%

FONTE: APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, p.136v- 143v, 152v-157.

Por meio dos assentos de batismos da paróquia de São Gonçalo da Vila de São Francisco do Conde, observa-se um número de 57 crianças escravas pertencentes ao Barão de Cajaíba sendo batizadas entre os anos de 1846 e 1868. Ao relacioná-las com a lista nominativa de escravos do inventário da Baronesa de Cajaíba do ano de 1868, foi possível notar extensas tramas familiares presentes nos engenhos Cajaíba e Itatinguí.³⁰

Mesmo não identificando a figura paterna nos assentos de batismo e de nenhuma união formalizada nos assentos de casamento nos registros analisados até o momento, ainda assim, foi possível perceber a presença de mães, filhos, avós, sobrinhos, primos e tios moradores de ambos os engenhos, confirmando o que aponta Fraga Filho sobre as extensões familiares estabelecidas nos engenhos do Recôncavo. Segundo ele, “em alguns inventários, foi possível identificar duas ou três gerações de uma mesma família residindo e trabalhando juntas.” (FRAGA FILHO, 2006, p. 34).

Através da análise do inventário do casal Cajaíba e de assentos de batismos dos seus escravos, foi possível notar que tanto no engenho Cajaíba quanto no Itatinguí havia escravos componentes da mesma família, e em muitos casos ligados a segunda e terceira geração,

³⁰ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, pp.136v- 143v, 152v-157 ; Livro de assento de batismo, paróquia de São Gonçalo em São Francisco do Conde, 1846-1868. <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-K377-X?owc=M7ZR-S3V%3A369565701%2C369565702%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZR-268%3A369565701%2C369565702%2C369817603%3Fcc%3D2177272&cc=2177272>>. Acesso em: 12/09/2015.

estabelecidos nesses dois engenhos. Como é o caso da escrava Izabel, de nação gege, que por já ter falecido não aparece na relação de escravos do inventário no período em que o mesmo foi realizado em 1868, mas o seu nome consta nos assentos de batismo referentes aos seus filhos. Dessa maneira, ao relacionar os dados dos registros de batismos e a relação de escravos presentes no inventário, foi possível notar que a mesma possuía 6 filhas, 8 netos e 1 bisneto vivendo nos engenhos Cajaíba e Itatinguí.³¹

O número de crianças descrito no inventário e o alto índice de ilegitimidade chama atenção, pois dos 228 escravos pertencentes aos engenhos Cajaíba e Itatinguí, 55 eram crianças de 0 a 12 anos que aparecem como filhos naturais, identificados apenas com o registro da mãe, tanto no inventário como nos assentos de batismo.³² Através da análise desses documentos, é possível supor que após a proibição do tráfico de escravos em 1850 possa ter havido por parte do Barão de Cajaíba, um provável investimento no processo de reprodução natural de sua escravaria, que por sua vez não parece ter sido ignorado como forma de incrementar/ampliar o seu contingente de mão de obra, não utilizando somente o tráfico interno para tal fim.

A ausência do pai nos registros de batismo referentes aos escravos do Barão de Cajaíba foi uma prática comum em todos os registros analisados entre os anos de 1846 a 1870. Nesse documento são descritos apenas o nome da mãe e do filho como sendo de origem natural,³³ o que pode apontar para relações não reconhecidas pela Igreja, pois pelo que aparece nos documentos, não há indícios de que o Barão de Cajaíba tenha incentivado o casamento segundo os moldes da Igreja Católica entre seus cativos.

De acordo com Adriana Dantas Reis, os estudos sobre família escrava na Bahia, tanto no período colonial como no imperial, confirmam a pouca incidência de casamento escravo e o elevado número de ilegitimidade entre os filhos de escravos nos principais polos produtores de açúcar do Recôncavo. (REIS, 2009, p. 1-2).

Da mesma forma, Schwartz (1988), mesmo se referindo ao período colonial, alude para a pouca incidência de casamentos escravos e conseqüentemente para o alto índice de

³¹ Ibidem, p.136v- 143v, 152v-157.

³² Ibidem.

³³ Ibidem; Livro de assento de batismo, paróquia de São Gonçalo em São Francisco do Conde, 1846-1868.

ilegitimidade de crianças. Tal análise também pode ser observada nos estudos referentes ao período imperial, principalmente ao se referir ao Recôncavo baiano, já que:

[...] a grande maioria dos cativos na zona rural baiana eram filhos de pais não casados segundo os ritos da Igreja Católica. O casamento formal na Igreja não era comum entre os escravos, o que não significa que eles não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas. (SCHWARTZ, 1988, p. 318).

Por meio da análise dos assentos de batismo de quatro paróquias do Recôncavo entre 1723 e 1816, Schwartz ressalta para o grande número de ilegitimidade entre a população baiana em geral, principalmente entre a população cativa, ao tomar como base as paróquias de Saubara com 90,3%; Rio Fundo com 66,35%; e São Francisco com 100%. (SCHWARTZ, 1988, p. 318).

No entanto, Adriana Dantas Reis vai na contramão dos dados oferecidos por Schwartz no que se refere a generalização sobre a escassez de casamentos entre escravos, e ressalta para a metodologia por ele utilizada no reconhecimento de casamentos de escravos, utilizando apenas de inventários, listas de engenhos e registros de batismos. Diferente de Schwartz, Reis encontra um significativo número de matrimônios entre escravos a partir da análise de registros de casamentos, o que não se reflete nos registros de batismos pertencentes à freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, entre os anos de 1779 e 1805, nessa documentação encontra um significativo número de matrimônios referentes a escravos pertencentes ao Capitão Barrozo, importante senhor de engenho que realizou 33 casamentos na sua escravaria, mas no mesmo período não encontra esses escravos tendo filhos legítimos. (REIS, 2009, p. 6-7).

Diferente da Bahia, os estudos feitos em regiões do Sudeste revelam uma maior incidência de casamentos de escravos, como é o caso da análise feita por Florentino e Góes (1997) através de inventários do Rio de Janeiro, c. 1700- c.1850, ao ressaltar o incentivo dos senhores ao casamento formalizado pela Igreja Católica e de outras formas de arranjos familiares estabelecidos pelos escravos e a importância dessas relações como mecanismo político no controle da escravaria, principalmente nas uniões sancionadas pela Igreja. Ao afirmar que um desses mecanismos era o matrimônio, “[...] o que as fontes utilizadas mostram é que o dispositivo do matrimônio estava preparado para funcionar de maneira adequada em momento de estabilidade de desembarque de africanos.” (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 143).

Robert Slenes no seu estudo sobre formação da família escrava em Campinas no século XIX, a partir de dados demográficos, ressalta o significativo número de famílias escravas, sobretudo a conjugal, observadas com maior frequência, em médias e grandes propriedades de Campinas, ao afirmar que:

Os recenseamentos do município indicam uma surpreendente continuidade ao longo do tempo nas proporções de escravos alguma vez casados (isto é, casados ou viúvos), de acordo com o sexo, a idade e do tamanho do fogo ou posse de escravos, pelo menos durante o período em que a grande lavoura constituía um cenário dinâmico da economia escravista. (SLENES, 1999, p.82).

Para Schwartz, o casamento entre os escravos poderia gerar conflitos, tanto para os escravos como para os senhores, principalmente se ocorresse com cativos de donos diferentes. Assim, houve uma tentativa por parte dos senhores do Recôncavo em limitá-los ao próprio engenho. Em decorrência dessa atitude, “não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direitos de propriedade.” (SCHWARTZ, 1988, p. 313).

Roberto Guedes, no seu estudo sobre família escrava em Porto Feliz em São Paulo entre 1798 e 1850, assinala, assim como Schwartz, sobre a postura de muitos senhores de engenhos de não incentivarem o casamento entre seus escravos, já que:

[...] o direito civil não dá nenhum privilégio aos casais confirmados pelo sacramento religioso, pois o senhor pode continuar a separar os que a Igreja uniu, vendendo ou doando separadamente pai, mãe, filhos. Compreende-se que os escravos não visem qualquer vantagem em casar-se, e que os senhores de engenho não tiveram querido forjar laços que poderiam, talvez, lhes criar problemas de consciência se tivesse de vender um dos membros da família. (GUEDES, 2008, p. 151).

Dessa maneira, o não incentivo ao casamento de escravos parece ter sido utilizado pelo Barão de Cajaíba como uma possível estratégia na administração de seus escravos, mas não a única utilizada pelos senhores de engenho, já que também houve incentivo ao casamento escravo em propriedades do Recôncavo, como demonstra Adriana Dantas Reis (2010, p.98-126) para a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que tais atitudes permeavam “[...] às limitações impostas às ações, escolhas e decisões dos cativos pelo escravismo e pelo relacionamento senhor-escravo.” (SCHWARTZ, 1988, p. 313).

Assim, a significativa quantidade de crianças presentes no inventário indica uma possível estratégia do Barão na manutenção/ampliação da posse de escravos tanto no engenho Cajaíba como no Itatinguí e sugere para ocorrência de uma provável reprodução endógena, mas que não contemplava todas as mulheres para a referida prática. Dessa maneira, havia 71

mulheres presentes nos engenhos Cajaíba e Itatinguí, das quais 38 estavam no engenho Cajaíba e 33 no engenho Itatinguí. Na relação de crianças do inventário aparecem 55 crianças acompanhadas com o nome da mãe, num total de 22 mulheres.³⁴

Na relação de crianças de 0 a 12 anos e suas respectivas mães presentes no inventário da Baronesa de Cajaíba, no engenho Cajaíba foram identificadas 11 mulheres tendo filhos, quatro delas com apenas 1 filho, três mulheres possuíam 2 filhos cada, outras três possuíam 3 filhos e uma delas possuía 5 filhos. Já no engenho Itatinguí aparecem 10 mulheres com filhos, das quais, duas tinham apenas 1 filho, três mulheres com 2 filhos cada, duas delas com 3 filhos cada, duas mulheres aparecem com 4 filhos e uma aparece com 5 filhos. Em dois casos não foi possível notar o engenho de origem das mães, mas ambas possuíam 2 filhos cada, totalizando nesses dois engenhos 55 crianças menores de 12 anos.³⁵

No entanto, ao confrontar a lista de escravos presente no inventário e os registros de batismo, o número de filhos por mulher aumentou e foi possível perceber outros filhos de escravas com menos de 12 anos e que por algum motivo não foram descritos no inventário, e filhos com mais de 13 anos exercendo atividades tanto no engenho de origem como em outro engenho do Barão, havendo assim, um deslocamento dos filhos dessas escravas para atender as necessidades de outro engenho.³⁶

Como é o caso da escrava Francisca, crioula de 33 anos de idade, do serviço da casa, pertencente ao engenho Cajaíba, que no inventário aparece com 3 filhos: Angelica com 6 anos, Rodolfo com 1 ano e Sabina com 14 dias, todos do engenho Cajaíba. Mas nos assentos de batismo foram registrados mais 3 filhos referentes à mesma escrava, por nome: Amália, Procopio e Domingos, mas com as idades não identificadas, contendo apenas a data e o local de batismo, sendo que Amália e Procópio foram batizados no engenho Itatinguí no ano de 1859 e Domingos na Igreja Matriz de São Gonçalo na Vila de São Francisco do Conde em 1868, porém esses três últimos não aparecem na lista de escravos do inventário da Baronesa de Cajaíba.³⁷

³⁴ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, pp.136v- 143v, 152v-157.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem; Livro de assento de batismo, freguesia de São Gonçalo em São Francisco do Conde, 1846-1868.

Disponível em:< <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-K377-X?owc=M7ZR-S3V%3A369565701%2C369565702%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZR-268%3A369565701%2C369565702%2C369817603%3Fcc%3D2177272&cc=2177272>>. Acesso em: 12/09/2015.

³⁷ APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, pp.136v- 143v, 152v-157.

Já a escrava Felippa, crioula de 45 anos de idade, do serviço da enxada, do engenho Cajaíba, consta como tendo 6 filhos, todos crioulos e do serviço da enxada, tanto no engenho Cajaíba como no Itatinguí, descritos da seguinte maneira: Januaria, de 26 anos de idade, Mafalda, de 17, Umbelina, de 13, Termus, de 12, localizados no engenho Cajaíba; Rozalia, de 6 anos e Valerio, de 3, ambos do engenho Itatinguí. A escrava Fellipa também possuía 4 netos: Romulo, de 4 anos de idade, Fellipe, de 1 ano e Rozendo com idade não definida, todos filhos da escrava Januaria, sendo os dois primeiros residentes no engenho Itatinguí e o último consta como batizado no engenho Cajaíba e a escrava Umbelina que possuía uma filha por nome de Isaura, de 3 de idade e referente ao engenho Cajaíba.³⁸

Todas as crianças presentes, tanto no inventário quanto nos assentos de batismo referentes aos escravos do Barão de Cajaíba, foram registradas apenas com o nome da mãe. Após a análise dos registros de casamento da paróquia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco do Conde, no período de 1830 a 1870, não foi identificado nenhum casamento envolvendo os escravos do referido senhor.³⁹ Tal análise deixa perguntas importantes sobre os mecanismos utilizados pelo Barão na administração dos seus escravos e supõe que existiam outras formas de relação entre os cativos, mas não pelas normas estabelecidas pela Igreja Católica. Na administração dos engenhos Cajaíba e Itatinguí, no que concerne ao controle e manutenção de escravos e ao possível incentivo à reprodução por meio de algumas escravas, o Barão não vislumbrou o casamento como mecanismo para tal.

Apesar de não haver dados sobre os engenhos Cajaíba e Itatinguí antes da extinção do tráfico de escravos, os documentos sugerem tal análise, pois mesmo com a crise que afetava diretamente o setor agroexportador e escravista na segunda metade do século XIX, o Barão ainda possuía um grande contingente de escravos trabalhando nos seus principais engenhos e um expressivo número de crianças em ambas as propriedades no ano de 1868 e de adultos que nasceram nos engenhos Cajaíba e Itatinguí, verificado através da análise da lista de escravos do inventário da Baronesa de Cajaíba e dos assentos de batismo referentes aos escravos do Barão.⁴⁰

No entanto, devido às limitações inerentes aos documentos analisados, muitas perguntas ficarão sem respostas, principalmente no que diz respeito aos altos índices de

³⁸ Ibidem; Livro de assento de batismo, paróquia de São Gonçalo em São Francisco do Conde, 1846-1868.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

ilegitimidade entre os escravos e sua relação com possíveis estratégias, tanto entre os escravos como do Barão de Cajaíba, e sua provável forma de manutenção/ampliação de seus cativos, num período marcado por várias tensões econômicas e sociais que redefiniam os rumos da escravidão no Brasil. Faz-se necessário um estudo posterior mais aprofundado dessas fontes, recorrendo ao cruzamento com outros documentos, no intuito de confirmar tais hipóteses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho baseou-se principalmente a partir da análise do inventário dos bens do Barão e Baronesa de Cajaíba, do ano de 1868, especialmente no que se refere ao grande número de escravos que possuíam. Além desse documento, também foram analisados o inventário e o testamento do Barão de Cajaíba, cartas, registros de terras, relatos de viajantes e registros paroquiais referentes ao mesmo Barão. Sendo este um importante dono de engenhos e escravos, com grande influência militar e política, estabelecido na freguesia de São Gonçalo, sede da Vila de São Francisco, umas das principais vilas açucareira do Recôncavo.

Através da análise da escravaria do Barão de Cajaíba, surgiram indagações sobre as possíveis estratégias de organização e controle por ele utilizadas, na tentativa de compreender como ele continuou mantendo os engenhos Cajaíba e Itatinguí abastecidos com grande número de escravos quase duas décadas após o fim do tráfico de escravos, de modo a buscar hipóteses por meio da discussão a partir das fontes.

O primeiro capítulo se apoiou na bibliografia especializada, no intuito de perceber as mudanças sociais e econômicas que ocorriam na Bahia da segunda metade do século XIX, principalmente no Recôncavo através da cessação do tráfico transatlântico de escravos em 1850 e suas consequências para manutenção do trabalho escravo, sobretudo nos engenhos de açúcar, que também vivenciavam um período de crise na economia de exportação e que foi reforçada a partir da diminuição do braço escravo.

O segundo capítulo parte, sobretudo, dos resultados obtidos na análise das fontes, principalmente no que se refere aos escravos do Barão de Cajaíba, através dos dados quantitativo e qualitativo das fontes. Percebeu-se que o Barão não incentivou o casamento segundo os ritos da Igreja Católica, mas foram percebidas extensas tramas familiares ligadas a segunda e terceira geração de escravos que viviam e trabalhavam nesses dois engenhos. Constatou-se um significativo número de crianças entre 0 e 12 anos e seu alto índice de ilegitimidade, que só após uma análise mais aprofundada permitiria afirmar uma possível estratégia de manutenção/ampliação dentro da escravaria do Barão de Cajaíba.

As fontes analisadas nesse estudo não dão conta de afirmar quais foram os possíveis mecanismos utilizados pelo Barão de Cajaíba na administração dos seus engenhos e escravos(as), mas sugere que o mesmo esteve atento para as transformações vivenciadas no cenário escravista e seu gradual enfraquecimento durante a segunda metade do século XIX. No entanto, esses documentos deixam indícios sobre as possíveis formas de controle e manutenção empregadas no governo de escravos dos engenhos Cajaíba e Itatinguí a serem aprofundados numa pesquisa futura. Desse modo, há necessidade de se fazer análises comparativas com outros senhores de engenho de São Francisco do Conde e de incluir outras fontes na tentativa de perceber as mudanças que marcaram esse período, sobretudo nas relações estabelecidas entre senhores e escravos.

FONTES DOCUMENTAIS:

APEB. Seção do Judiciário. Inventário da Baronesa de Cajaíba, 8/3212/6 -1868, 82 p.

APEB. Seção Colonial/Provincial. Governo da Província, correspondências recebidas da Secretaria de Polícia, maço: 3139-57 de 1878.

APEB. Seção do Judiciário. Inventário do Barão de Cajaíba 01/96/139/02-1870, 180 p (incompleto).

APEB. Seção Colonial/Provincial. Governo da Província. Agricultura, Vila de São Francisco do Conde, maço: 4661 de 1858 - 1860.

Assento de batismo, freguesia de São Gonçalo de São Francisco do Conde- LEV- ACMS. Disponível em:< <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939L-9BNL-J?owc=M7ZR-S3V%3A369565701%2C369565702%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB-868%3A369568701%2C370114901%2C370160001%3Fcc%3D2177272&cc=2177272>> Acesso em: 12 set. 2015.

Assento de casamento freguesia de São Miguel da Vila de Cotegipe, -LEV- ACMS. Disponível em:< <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P9X-ZG?mode=g&i=15&wc=M7ZB-WWL%3A370058101%2C370058102%2C370119401%3Fcc%3D2177272&cc=2177272>> Acesso em: 14 set. 2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860**. São Paulo: Corrupio, 1988. 235p.

ARAUJO, Nilton Almeida, **Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)**. 2010, 336 f.Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói. Orientadora: Profª. Dra. Sonia Regina Mendonça. p. 320.

AZEVEDO, EsterzildaBerenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2009. 140 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf> Acesso em: 18 jan. 2016.

BAHIA. **Fala que recitou o presidente da província da Bahia**, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins na abertura da Assembléia Legislativa da mesma província no dia 1 de março de 1852. Bahia, Typographia. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852. p.53.Disponível em:<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/115/000053.html>> Acesso em: 10 ago. 2015.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 445p.2003.

_____. Até as vésperas: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n.21-22. p.177-238, 1998-1999.

BARRAL E DA PEDRA BRANCA, Luisa Margarida Portugal de Barros, condessa de. **Cartas a suas majestades : 1859 - 1890.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. 504 p.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira N. **Cartas brasileiras (1809-1904)** - Um estudo lingüístico-filológico. 2005. 2329 f.Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. pp.790-818.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990. 287p.

CHAVES, Cleide de Lima. **De um porto a outro: A Bahia e o Prata (1850-1889).** Salvador: EDUFBA, 2001.

FARIA, Sheila de Castro (1998). **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico - Rio de Janeiro, c.1790-c.1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 250p.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850).** Rio de Janeiro: Manual X: FAPERJ, 2008

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade; Economias e historiadores: II. In:_____ **Sobre história: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 83-105, 122-137.

LARA, Silvia H. “Blowin’ in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil.” **Projeto História**, (1995), n.12, p.43-56. Disponível em:<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjY87rWuZ_QAhUJhZAKHQleATwQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Frevph%2Farticle%2Fdownload%2F11300%2F8283&usg=AFQjCNFTt5cm2mNVH8t-MGcvl5DoRWiykg&sig2=1CBSDFdrRx4c0u30UbsCdw> Acesso em: 11 out. 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Americas, 1660-1860.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. p. 266-267.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747 p.

_____. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo: HUCITEC, 1978. 387p.

_____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** São Paulo, SP: Corrupio, 1988. 212 p.

_____. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora.** Salvador: Corrupio, 2004.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Açúcar e riqueza na Bahia do século XVIII. In: Ulrich Gmünder. (Org.). **A rapadura e o fusca. Cana, cultura, sociedade.** Salvador: Goethe Institut, 2009, v. 1, p. 1-10.

NAEHER, Julius. **Excursões na Província da Bahia: A terra e a gente da Província brasileira da Bahia.** Tradução e notas de Osvaldo Augusto Teixeira. Salvador: Cian, 2011, 224p.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de (1988). **O liberto: o seu mundo e os outros.** Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536 - 1888.** Salvador, Ba: Bigraf, 1996. v.I e II.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Diário da viagem ao norte do Brasil.** Bahia: Universidade da Bahia, 1959. 320 p

PEDREIRA, Pedro Tomas; São Francisco do Conde (BA). **A freguesia e Igreja de São Gonçalo.** São Francisco do Conde, BA: Prefeitura Municipal, 1978. 9 p

_____. **Memória histórico-geográfica de São Francisco do Conde.** Bahia: [s.n.], 19-. 148 p

_____. **Notícia histórica de São Francisco do Conde.** [Salvador]: [s. n.], 1976. 98p.

REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima.** O caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c.1780 – c.1830. Tese de doutorado, UFF, 2010.

REIS, João José. Recôncavo Rebelde: **Revoltas escravas nos engenhos baianos.** Salvador, BA: Cnpq, 1990.

SANTOS, Silvana dos Andrade. “Qualquer remédio é de urgência”: O fim do tráfico de escravos e a agricultura da Bahia no século XIX. In. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 7, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos,** Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/congresso/index.php/E-L/7/paper/viewFile/73/32>> Acesso em: 18 set. 2016.

SOUZA, Paulo Cesar. **A Sabinada : a revolta separatista da Bahia 1837.** Sao Paulo: Brasiliense, 1987. 252p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras. Brasília: CNPq, 1988.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudestes, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILDBERGER, Arnold. **Os Presidentes da Província da Bahia.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.